

BOAS PRÁTICAS



O milagre da multiplicação de artigos

Prática controversa, a publicação de milhares de *papers* em edições especiais de periódicos levanta suspeitas sobre rigor na avaliação de seu conteúdo

A Clarivate Analytics, empresa responsável pela base de dados acadêmicos Web of Science (WoS), anunciou em março sanções contra cerca de 50 revistas científicas que fazem parte de sua extensa seleção. Elas desprezaram normas de qualidade exigidas pela companhia e perderão uma credencial fundamental para atrair novos autores: foram excluídas do *Journal Citation Report (JCR)*, plataforma que determina o fator de impacto de periódicos, medida consagrada para mensurar a sua visibilidade e repercussão ao calcular quantas citações seus artigos receberam em outros estudos.

Esse tipo de exclusão acontece todos os anos, mas, em 2023, chamou a atenção por incluir 21 títulos de duas editoras de acesso aberto que se notabilizaram por um rápido crescimento. A punição também põe sob escrutínio uma prática dis-

seminada nessas empresas que já era considerada controversa: a publicação de números especiais temáticos organizados por editores convidados, sem vínculo formal com os seus quadros, que costumam gerar uma enorme quantidade de artigos e, em alguns casos, não seguem o mesmo rigor na avaliação das edições regulares.

Dezenove revistas excluídas são da Hindawi, que edita cerca de 250 periódicos de acesso aberto – 64 deles estavam indexados na WoS. A empresa, fundada no Cairo, Egito, em 1997, hoje pertence à norte-americana John Wiley & Sons. Outras duas publicações punidas são da MDPI, sediada na Basileia, Suíça, responsável por 390 periódicos. Um dos que receberam sanção foi o *International Journal of Environmental Research and Public Health*, que publicou cerca de 17 mil artigos em 2022. Seu último fator de impacto foi de 4.614, desempenho notável para um título com produção tão extensa.

A Clarivate não forneceu detalhes sobre os problemas encontrados em cada caso, mas a editora chefe e vice-presidente da WoS, Nandita Quaderi, informou que o uso de uma ferramenta de inteligência artificial capaz de detectar mudanças atípicas no desempenho de periódicos apontou 500 que mereciam ser investigados. Segundo ela, foi possível reunir evidências de que ao menos 50 deles não estavam cumprindo os padrões exigidos de avaliação. “Nos últimos meses, tomamos medidas proativas adicionais para combater as crescentes ameaças à integridade do registro acadêmico”, afirmou Quaderi em um comunicado. “Quando determinamos que um periódico não atende mais aos nossos critérios de qualidade, temos a responsabilidade de agir.”

No final do ano passado, a Hindawi anunciou a suspensão temporária de edições especiais. Isso depois de identificar em várias delas a publicação de centenas de trabalhos fraudulentos, produzidos por “fábricas de *papers*”, serviços ilegais que criam manuscritos sob encomenda, em geral com dados ou imagens falsas. Em outubro, mais de 500 artigos de 16 títulos da editora foram retratados por manipulação na revisão por pares. As investigações tiveram início em abril, após o editor-chefe de uma das revistas da Hindawi ter manifestado preocupação sobre o conteúdo de uma edição especial. Pareceres de revisores tinham textos duplicados. Também houve casos de pareceristas que participaram da avaliação de muitos manuscritos e de outros que entregaram suas revisões muito rapidamente. A Hindawi relatou um prejuízo de US\$ 9 milhões com a pausa nas edições especiais entre novembro e janeiro.

O modelo das edições especiais também foi responsável pelo crescimento exponencial da MDPI, fundada há apenas 13 anos e hoje a quarta maior editora científica do mundo. A empresa publicou

cerca de 20 mil artigos em seus primeiros 15 anos, mas começou a multiplicar a produção a partir de 2015. Em 2021, foram 240,5 mil trabalhos, cobrando uma taxa média de processamento de 1.258 francos suíços (o equivalente a R\$ 6,9 mil) por *paper*. Em 2023, seus dois principais títulos, *Sustainability* e *International Journal of Molecular Sciences*, deverão publicar cada um cerca de 3,5 mil edições especiais – nove por dia.

Uma análise feita por Paolo Crosetto, do Instituto Nacional de Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente da França, e Pablo Gómez Barreiro, do Jardim Botânico Real de Kew, em Londres, mostrou que apenas em 2022 uma centena de periódicos do MDPI lançou 17 mil edições especiais com um total de 187 mil artigos. A dupla avaliou o tempo que demorou para que o mérito dos *papers* fosse avaliado, entre a submissão da primeira versão do texto e a sua publicação. O prazo médio foi de 37 dias, ante mais de 200 dias das revistas de acesso aberto da coleção PLOS. “Não tenho provas de que eles fizeram algo errado”, disse Crosetto à *Science*. “Mas é lógico que a confiança fica comprometida quando você delega a responsabilidade a um editor convidado qualquer”, afirma, referindo-se a casos documentados de conflitos de interesse e revisão por pares fraca e até fraudulenta nesse tipo de título. Carlos Peixeira Marques, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, Portugal, disse à *Science* que a MDPI o convidou várias vezes para atuar como editor de números especiais em áreas como agricultura e engenharia, mas nunca em negócios e turismo, que são suas áreas de pesquisa. “O volume insano de edições especiais torna impossível manter um padrão mínimo de avaliação por pares”, afirmou.

Em um comunicado, a MDPI atribuiu a remoção a um critério relacionado à “relevância de conteúdo”. Em manifestações anteriores, a empresa defendeu seu modelo com o argumento de que a revisão expressa permite aos autores difundirem rapidamente seus resultados de pesquisa, e o trabalho de editores convidados é útil para dar treinamento a jovens pesquisadores em processos de comunicação científica. Giulia Stefanelli, presidente do Conselho Científico do MDPI, disse à revista *Times Higher Education* que as edições especiais “são iniciadas por pesquisadores experientes em disciplinas específicas como uma oferta à comunidade acadêmica”. Segundo ela, os periódicos avaliam propostas de edições especiais formuladas por cientistas e os artigos selecionados são submetidos a uma revisão por pares rigorosa, com uma taxa de rejeição de manuscritos “próxima da marca de 50%”. ■

Fabício Marques

Autor de mais de 700 artigos é suspenso por 13 anos por infração contratual

Um dos mais prolíficos pesquisadores da Espanha, o químico Rafael Luque Alvarez de Sotomayor recebeu uma punição severa da Universidade de Córdoba, onde se doutorou em 2005 e, desde então, trabalhava como docente do Departamento de Química Orgânica. Ele foi suspenso de suas funções, sem direito a vencimentos, pelos próximos 13 anos. A sanção, que em termos práticos equivale a uma demissão, foi aplicada porque Luque também trabalhava em duas instituições no exterior, a Universidade King Saud, em Riad, capital da Arábia Saudita, e a Universidade RUDN, em Moscou, na Rússia, embora fosse contratado em regime de tempo integral em Córdoba.

Para além da infração contratual, o caso é revelador de um tipo de estratégia anômala adotada por universidades para ascender em rankings acadêmicos internacionais. Luque, de 44 anos, tem uma produção extraordinariamente elevada. Escreveu mais de 700 artigos, em

áreas como nanomateriais, nanocatálise e química verde, que já receberam mais de 29 mil citações. Só nos três primeiros meses de 2023, ele já publicou 58 *papers* – um a cada 37 horas. Desde 2018, figura na lista dos pesquisadores altamente citados do mundo produzida pela empresa Clarivate. Tais credenciais são valorizadas por rankings como o da Shanghai Jiao Tong University, da China, que conferem pontos extras a instituições com pesquisadores altamente prolíficos. Luque foi convidado a integrar os quadros das universidades da Arábia Saudita e da Rússia justamente para reforçar a posição delas em rankings. Ele precisa ir às instituições poucas semanas por ano, mas as menciona nos artigos que assina. “Sem mim, a Universidade de Córdoba vai cair 300 posições no ranking de Shanghai. Eles deram um tiro no pé”, disse Luque a propósito da punição, segundo o jornal *El País*. Ele atribuiu a sanção à “inveja pura” e garantiu que nunca recebeu salário das universidades estrangeiras, mas apenas

recursos para viagens e hospedagens, além de dinheiro para pesquisa.

Sua produtividade extraordinária atraiu a atenção de especialistas em má conduta. O engenheiro britânico Nick Wise, por exemplo, diz que um dos trabalhos assinados por Luque foi anunciado em um site que vende coautoria de *papers* para interessados. O químico diz que jamais compraria um artigo, mas admite que não conhece alguns dos iranianos que assinam como coautores. Já o matemático russo Alexander Magazinov afirma que algumas publicações de Luque contêm “frases torturadas”, expressões que parecem mal traduzidas e aparecem em textos que tentam escamotear a prática de plágio (*ver Pesquisa FAPESP nº 317*). O espanhol nega irregularidades, mas admite que, nos últimos meses, tem usado o software de inteligência artificial ChatGPT para auxiliá-lo. “Agora consigo escrever em um dia artigos que antes exigiam dois ou três dias de dedicação”, disse ao *El País*.

Transparência em casos de assédio sexual na Austrália

A Universidade de Melbourne, na Austrália, registrou 11 denúncias de má conduta sexual contra funcionários e professores em 2022. Nove foram investigadas formalmente, o que resultou na demissão de quatro indivíduos e na instauração de processos disciplinares contra outros dois. Na maioria dos casos, as denúncias partiram de mulheres – funcionárias e estudantes – e tinham como alvo homens. Os números constam da segunda edição do relatório anual sobre má conduta sexual da universidade, divulgado no final de março. A instituição registrou 20 queixas contra estudantes, as quais resultaram em sete suspensões.

“Esperamos que as medidas que estamos adotando e a transparência que estamos dando a esse assunto ajudem a aumentar a confiança em nossos sistemas e processos voltados para erradicar esse problema da nossa comunidade”, afirmou Nicola Phillips, reitora da instituição. Segundo ela, um programa educacional criado para fomentar um ambiente seguro e respeitoso na universidade já teve a participação de mais de 4.500 funcionários. Casos de assédio sexual são comuns em escolas de ensino superior australianas. Uma pesquisa com 44 mil alunos de graduação do país em 2022 descobriu que 1,1% deles sofreu abuso sexual nos 12 meses anteriores ao levantamento – o índice chega a 5% ao longo da vida universitária (*ver Pesquisa FAPESP nº 316*). De acordo com o levantamento, mais de 85% dos agressores eram do sexo masculino e 5% funcionários das universidades.